

## NEOLIBERALISMO : INIMIGO DA CIDADANIA

*Leifson Gonçalves Holder da Silva*  
*Acadêmico do 3º período do curso de Direito da UFRN*

### 1 - INTRODUÇÃO

Baseado no texto de Luís Fernandes, proferido na 8ª Conferência Nacional do PC do B, procurarei fazer uma reflexão sobre a natureza do neoliberalismo e das conseqüências de sua transformação em projeto hegemônico e dominante na maior parte do mundo capitalista neste fim de século.

O autor afirma que o termo "neoliberalismo" não deve ser usado de forma indiscriminada como adjetivo pejorativo para àquelas medidas ou políticas com as quais não se está de acordo. Deve-se sim, procurar entender essa expressão em toda a sua plenitude, a fim de se compreender os pressupostos que caracterizam a economia mundial em sua nova reestruturação diante de transformações técnicas e econômicas, principalmente no que se refere à Divisão Internacional do Trabalho. Pressupostos estes que, estão condicionados à lógica do modelo neoliberal, e que visam, de todas as maneiras, redefinir o comércio internacional de forma que os países menos desenvolvidos se tomem mais dependentes<sup>1</sup>.

Torna-se interessante (para não dizer imprescindível), entender como ressurgiu a ideologia liberal e como ela é passada aos países do terceiro mundo, dentro deste contexto global.

Só a partir desta compreensão mais completa e precisa, é que será possível começar a desvendar e perceber de forma mais clara a política nacional imposta pelo atual Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a evolução da sociedade brasileira neste momento crucial, diante da transição por que passam a economia e a sociedade internacional como conseqüências da expansão neoliberal.

Antes de se analisar o neoliberalismo propriamente dito, é importante que se faça uma breve elucidação de seu desenvolvimento histórico até o momento atual, com a finalidade de mostrar sua gênese e os motivos que levaram a sua progressão, se tornando dominante hoje na maioria do mundo.

### 2 - DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

---

<sup>1</sup> Os grifos existentes no artigo são ilustrativos e de responsabilidade inteira do autor.

A história do neoliberalismo tem suas raízes no século XVIII, mais precisamente, no liberalismo clássico, que veio dar origem ao tema em questão.

Este liberalismo surgiu como doutrina e movimento de caráter progressista, principalmente contra o despotismo dos Estados absolutistas e contra as restrições mercantilistas à formação de um único mercado comum sob a proteção do processo de desenvolvimento da industrialização capitalista.

As restrições oriundas do mercantilismo causavam um certo entrave econômico, na medida em que a prosperidade econômica de um país deveria ser conseguida através de uma balança comercial favorável (positiva), da proibição da entrada de mercadorias estrangeiras (se possível) e por uma acumulação de metais preciosos; símbolos e base da vida econômica e riqueza nacional, considerados indispensáveis à sobrevivência e ao fortalecimento da soberania.

O sujeito econômico central era o Estado, já que efetuava uma forte intervenção econômica a fim de aumentar seu poderio através da obtenção de ouro e prata. Entretanto, em geral a corrida por metais acabou ocasionando como resultado uma asfixia econômica para os Estados que adotaram este modelo.

O liberalismo econômico veio em contrapartida defender a liberdade de mercado contra este sistema mercantilista, recebendo fundamentação teórica por parte dos fisiocratas que propunham o "*laissez-faire, laissez-passer*."

Esse serviu de base para a Escola clássica (corrente científico-econômica) desenvolvida na Inglaterra, a qual se aproveitou de imediato de seus ideais avançados já que era a primeira potência capitalista do mundo, visando posteriormente subordinar o conjunto do globo ao seu predomínio industrial.

A Escola Clássica afirmava que um mercado livre e competitivo determinaria a produção, os preços<sup>2</sup> (lei da oferta e da procura) e a distribuição de renda. Com isso, o liberalismo tenderia a reduzir ao mínimo a interferência do Estado nas atividades econômicas individuais. Oportunamente, nesse sentido segundo a fórmula pitoresca de Hellpachs, "a melhor posição que o Estado e a economia podem assumir um a face do outro, é a de ficar afastado três passos um do outro".

Contudo, não se negava o Estado, porque o liberalismo não significava anarquismo; apenas deveriam ser afastadas suas intromissões inúteis.

Posteriormente no entanto, com a consolidação do novo mercado global capitalista sob preponderância inglesa por volta do séc. XIX; o capitalismo emancipador, progressista e até revolucionário, deu vez a um capitalismo opressivo e espoliador. Capitalismo este, agora conservador; voltado para a justificação ideológica das injustiças operantes derivadas da exploração. Por meio da ideologia capitalista, procurava-se justificar convenientemente os fatos da vida social, como se quisesse preservá-la de possíveis desequilíbrios ou conflitos, ao nível da prática.

Em oposição a esta sociedade de classes surgiram o operariado, os sindicatos, as teorias socialistas e marxistas (como alternativas teóricas e políticas libertadoras), além da demanda por direitos e a produção de leis refletindo conquistas sociais (não sem antes ocorrerem protestos e pressões por parte do proletariado). Através dos sindicatos, os operários, unidos e conseqüentemente mais fortes,

---

<sup>2</sup> Foram utilizados como parâmetro da fundamentação teórica no Desenvolvimento Histórico os autores Luis Manoel Rebelo Fernandes, Raymond Barre, Leôncio Martins Rodrigues, Wilson Cano, José Jenóino, dentre outros.

reivindicaram seus direitos, alterando aos poucos as relações de trabalho, trazendo melhorias à classe operária. A autonomia da vontade nas relações do empregador com o empregado foi reduzida, já que a legislação social veio restringir este "livre entendimento entre as partes. Os abusos do liberalismo foram tantos, que o Estado, por intermédio do legislador, diminuiu a liberdade do patrão para dar mais consistência à do trabalhador, impondo a contratação dentro de determinados parâmetros. Foi uma reação clara contra esse liberalismo opressor e tirano.

A Europa Ocidental conseguiu contornar as tensões do pós-guerra através da ajuda econômica (Plano Marshall), voltando-se para a construção de uma rede de assistência social impecável e caríssima, associada ao bem-estar, objetivando uma distribuição de renda e proteção dos cidadãos contra os desequilíbrios sociais.

O curso do desenvolvimento favorecia às posições e tendências de esquerda, os sindicatos se fortaleciam, os partidos socialistas viam seus votos aumentarem e o intervencionismo estatal crescia com a regulamentação da sociedade.

De uma ideologia que ascendeu e dominou o século passado, o liberalismo clássico acabou sendo gradativamente, e por fim inteiramente descartado pelos desenvolvimentos mundiais na primeira metade do século XX. Ele não pôde suportar duas guerras mundiais, depressão econômica (quebra da bolsa de Nova York), protecionismos emergentes, além de uma ascensão de Estados Socialistas e de Bem-Estar ("*Welfare State*"), levando ao seu declínio.

Entretanto, este não foi seu fim, como poderia parecer em uma perspectiva de desenvolvimento das teorias de economia dirigida e do socialismo de Estado. O liberalismo sofreu uma revitalização em 1947, quando um grupo de pensadores liberais se reuniram para discutir as bases de uma ofensiva contra teorias e práticas socialistas e intervencionistas então predominantes, formando a chamada Sociedade de Mont Pélerin.

Esta articulação pós-guerra teve um papel decisivo no lançamento das bases teóricas do novo liberalismo, agora denominado neoliberalismo.

Este tomou um impulso substancial a partir da segunda metade da década de 70, período em que o estadismo e o planejamento central começaram a definhar e a quebrar como consequência de uma crise econômica internacional, aliada a transformações tecnológicas que trouxeram grandes repercussões, levando à ruptura destes modelos de Estado. Foi principalmente nos governos de Margareth Thatcher (Primeira Ministra, denominada e conhecida como "dama de ferro") no Reino Unido (1979-1990) e do Presidente Ronald Reagan nos Estados Unidos (1979-1990), que deu-se o revigoração da ideologia liberal. Propondo medidas limitadoras do Estado na economia, procederam-se às sucessivas privatizações e tentativas de derrubar as tradicionais barreiras protecionistas adotadas por muitos países.

As novas tecnologias também geraram não só novas formas de produzir, mas tiveram impactos impressionantes sobre a organização da produção e das estratégias de competitividade.

Os Estados direcionaram-se a uma competição desenfreada com uma absurda e acelerada "corrida à modernidade", destruindo todo o sentido e o direito social construído na era do "*Welfare State*". Assim, a competição, a eficiência e o êxito econômico passaram a ser vistos positivamente. O individualismo ligado à afirmação das liberdades individuais e dos direitos humanos, deram vez ao individualismo sórdido, desmontando os valores do solidarismo para afirmar e justificar a desigualdade social

como inevitável consequência da liberdade humana. A segurança, o conforto e a liberdade do próximo passaram a ser ameaçados pela neurótica necessidade de poder e pelo egoísmo consumista. O que passou a ser considerado moderno foi o retorno a Adam Smith (filósofo e economista inglês que influenciou de forma decisiva na formação e no fortalecimento do capitalismo contemporâneo). Neste ínterim, a grande campanha neoliberal se espalhou pelo mundo e as transnacionais cantaram vitória quando viram o "urso russo" passar à condição de "cordeiro capitalista".

No rastro desta nova realidade - "Terceira Revolução Industrial", globalização, crise econômica, etc. - é que afirmou-se a hegemonia da ideologia neoliberal exaltando a excelência do novo mercado e do novo individualismo.

### 3 - CONTEXTO MUNDIAL

A revolução doutrinária trazida pelo neoliberalismo apresenta novas bases teóricas, que têm sido utilizadas como a fonte intelectual para redirecionamentos nas políticas de gestão macroeconômica (aspectos globais da economia) e social de diversos países em grande parte do globo.

Convém esclarecer, que a adoção de uma política neoliberal por parte da maioria destes países ao longo dos últimos anos objetivando obter uma maior "integração econômica", não foi um ato de livre e espontânea vontade, como aparentemente poderia sugerir uma análise mais superficial.

Na verdade, esse neoliberalismo vem sendo imposto por pressões externas procedentes de países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos, através de organismos internacionais, principalmente o FMI - Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o BID - Banco Internacional de Desenvolvimento. Os países devedores do mundo capitalista periférico, vêm cedendo às exigências da implantação de políticas neoliberais como condição para a obtenção do apoio político das grandes potências, bem como para conseguir a liberação de escassos recursos financeiros dos bancos e agências internacionais na forma de investimentos. Estes países têm sofrido coações agressivas para eliminar as restrições e diminuir os obstáculos alfandegários às mercadorias importadas. Segundo um correspondente do *New York Times*, o FMI "já derrubou mais governos que Marx e Lênin juntos" (Michael Moffit, *O dinheiro do mundo*, p.131). Isto no fundo está acarretando um alargamento do abismo existente entre o primeiro e o terceiro mundo, o qual torna-se cada vez mais indefeso, submisso e dependente.

Com a intenção de colocar este esquema em prática, os países ricos (forças neoliberais) formaram blocos econômicos neoprotecionistas (verdadeiras "fortalezas econômicas" como o NAFTA A, o Mercado Comum Europeu e a área de influência japonesa no Pacífico) com o intento de proteger seus mercados internos, e ao mesmo tempo condicionar aos demais países a abertura de mercado - sob a argumentação da "integração econômica", "globalização", "eficiência" alegando ser uma política econômica correta para atrair capitais externos.

De fato, os países desenvolvidos caíram numa evidente contradição já que fecharam suas fronteiras contra a invasão de mão-de-obra estrangeira (blocos econômicos), ao mesmo tempo em que difundiram e defenderam uma ideologia neoliberal baseada justamente na supressão das barreiras alfandegárias e das cotas de

importação. Assim, foi intensificado o movimento de capitais bens e serviços, mantendo entretanto, a movimentação humana do trabalho sob proibição ou rígido controle. Os países do 1º mundo abriram as suas fronteiras internas. em uma aparente atitude liberal, mas fecharam mais do que nunca as externas. Essa atitude - de praticarem o que criticam nos outros - mina por si só a autoridade de impor políticas neoliberais por parte dos países desenvolvidos.

Contudo, apesar da incoerência entre palavras e ações, o neoliberalismo defendido pelas grandes potências vem tomando força no contexto mundial, espalhando-se rapidamente, revelando-se não se tratar de mero projeto intelectual ou político desconectado de bases sólidas.

### 3.1 - BASES E JUSTIFICATIVAS DA OFENSIVA NEOLIBERAL

Vivemos hoje a estruturação de uma ordem internacional cuja feição ainda não se encontra totalmente definida. Porém, os princípios básicos que norteiam as políticas econômicas neoliberais que mais vêm se destacando, resumem-se principalmente em:

#### a) Ajuste Fiscal<sup>3</sup>

O sistema fiscal estimula a sonegação por cobrar tributos exagerados de um número reduzido de pessoas e empresas. Com a sua reforma, torna-se possível desonerar as empresas e aumentar sua competitividade, ainda podendo elevar a arrecadação porque haveria (em tese) menos sonegadores.

#### b) Privatização (Desestatização das forças produtivas)

Assim o governo elimina gastos com as estatais e gera caixas. O dinheiro levantado ainda pode permitir a diminuição da dívida pública. Com a redução do tamanho do Estado, torna-se mais fácil de ser administrado, podendo dedicar mais atenção e dinheiro aos problemas sociais.

#### c) Abertura Comercial e Financeira

A eliminação de barreiras à importação, à entrada de capital estrangeiro e à remessa de lucros gera uma aplicação em investimentos, incentivando-se o comércio, além de aumentar a reserva cambial nacional.

#### d) Reestruturação do Sistema Previdenciário

Com a privatização do Sistema Previdenciário, ou pelo menos parte dele, o Estado arca com menos gastos já que divide sua folha com a iniciativa privada. Assim, também pode reequilibrar as contas públicas, evitando a volta da inflação.

Além dessas, outras medidas importantes também vêm completar este quadro, que de maneira geral, se orienta para a redução do tamanho, do controle e dos

---

<sup>3</sup> o embasamento doutrinário do Contexto Mundial foi respaldado principalmente nos professores Luis Manoel Rebelo Fernandes (UFF), Rooseney de Carvalho Teixeira e João Rodrigues Neto (UFRN), dentre outros.

gastos do Estado na economia.

### 3.2 - CONSEQUÊNCIAS

O resultado dessa ofensiva neoliberal não poderia ser melhor para os países do primeiro mundo.

A iniciativa privada desses países, impõe mais facilmente seus interesses, através da formação de grandes grupos capitalistas detentores de tecnologia e capital, que acabam se configurando em "blocos de poder político-econômico", os quais, não atuam somente sobre as relações econômicas, mas procuram modificar essa estrutura para aumentar ainda mais as suas vantagens em países periféricos que vêm adotando políticas neoliberais. Dominar as máquinas, produzi-las, ter acesso ao seu uso representa, dentre outras coisas, desfrutar certo domínio sobre os que não as possuem. Isto pode significar não só o controle de empresas de menor porte mas até controle na definição da política econômica de países inteiros.

Com isso, as decisões econômicas no seio dessas nações, já não pertencem aos milhões de indivíduos que as integram, mas estão concentradas nas mãos de minorias (cartéis e multinacionais) que monopolizam o poder em proveito próprio. Nesse estágio de desenvolvimento, em que predomina a internacionalização do capital, consolida-se a interdependência crescente das grandes transnacionais, ultrapassando suas fronteiras de origem e colocando as questões nacionais em segundo plano. Assim, os interesses dos Estados ficam, mais do que nunca, atrelados aos interesses do capital internacional. Segundo o economista Gilberto Dupas, do Núcleo de Estudos Estratégicos da USP, "as maiores corporações mundiais estão decidindo basicamente o que, como, quando e onde produzir os bens e serviços utilizados pelos seres humanos" (Revista Veja, 03/04/96) . Com isso, alguns criam a história, enquanto outros, a maioria, sofrem e suportam a história que aqueles estão escrevendo.

Por outro lado, para países subdesenvolvidos (como é o caso do Brasil), as consequências são no mínimo devastadoras.

Com a crescente evolução que vem acontecendo no mundo atual, as nações procuram alternativas para se adaptarem, diante da modernização dos meios de comunicação, produção e da abertura do mercado, buscando acompanhar a competitividade crescente entre as atividades do mercado.

Mesmo a Rússia, que já foi uma grande potência mundial, sentiu o impacto devastador que uma abertura econômica é capaz de causar. A expectativa de vida do russo passou de 65 anos no socialismo para 58 com o capitalismo, e a tendência é o alargamento dessa diferença. O aumento da marginalidade e a proliferação das drogas também acompanharam essa abertura. De acordo com estimativas do próprio governo, 1 em cada 6 jovens russos serão viciados até o ano 2000. No geral, as condições de vida, excetuando o surgimento de uma pequena classe burguesa que ascendeu juntamente com o capitalismo, só se deterioraram para a maioria dos trabalhadores russos. Se antes eles não podiam comprar um *big-mac* (sanduíche mundialmente difundido por uma cadeia de lanchonetes americana) por falta de opção, agora não podem comprá-lo por falta de dinheiro (fonte: 48 Hours - GNT).

A busca ansiosa para conseguir melhores preços e maior qualidade na elaboração do produto, tem resultado num retrocesso nas relações entre capital e

trabalho, ao se ignorar princípios e normas vigentes referentes às relações trabalhistas.

No intuito de reduzir encargos sociais e enxugar a estrutura empresarial, as empresas iniciaram demissões e firmaram novos contratos com prestadoras de serviços para executarem as mesmas atividades, antes elaboradas com vínculo laboral pelos funcionários demitidos (fenômeno denominado de terceirização). Os empregados terceirizados, apesar de possuírem todas as características necessárias a uma relação direta de emprego com a empresa beneficiada, são remunerados pela empresa locadora de serviços que paga salários mais baixos.

A intervenção cada vez menor do Estado nas relações de trabalho, multiplicou as relações atípicas, acarretando conseqüências desastrosas à classe dos trabalhadores, por fraudar direitos e garantias fundamentais.

*"Com toda essa desregulamentação trabalhista, sem a devida postura crítica (...) as garantias sociais conquistadas pelos trabalhadores têm ficado somente nas linhas dos diplomas legais. (...) Isto tem trazido sérios problemas de ordem social e jurídica como: o alto índice de demissão, desemprego, subempregos, mão-de-obra barata, fomentação dos contratos atípicos, flexibilização das normas trabalhistas, fraude aos direitos e garantias sociais, instabilidade nas relações empregatícias, formação de uma classe totalmente destituída de sindicato que possa reivindicar seus direitos e representá-los; além do próprio enfraquecimento dos movimentos sindicais". (Revista Jurídica In Verbis. UFRN/CCSA v.2. n. 3. Natal: Ed. Nordeste, 1996. p. 174, 181).*

A exploração da mão-de-obra de mulheres e crianças também foi intensificada no Brasil, principalmente a partir do governo do Presidente Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), diretamente relacionado com o processo de terceirização. O trabalho infantil, proibido por lei e por isso clandestino, retira grande parte das crianças das escolas, e de pouco ou quase nada valem as campanhas ou fiscalizações freqüentes contra ele, já que a necessidade é um contra-aliado de peso num país onde 32 milhões de pessoas vivem abaixo do nível de pobreza (Brasil. O Livro dos 500 anos. p. 112, São Paulo, 1996). Ainda de acordo com o sociólogo José de Moura Martins, 40 mil dos 85 mil casos de trabalho escravo no país nos últimos 20 anos envolviam meninos e meninas (Cadernos do Terceiro Mundo, Rio de Janeiro, v.21, n. 188, p. 1619, ago. 1995).

Para conseguir preços melhores e qualidade mais alta em sua guerra internacional contra os concorrentes, empresas também têm aumentado muito os seus índices de automação. A maior velocidade no processo de fabricação garante menores custos e, conseqüentemente, a possibilidade de colocar o produto no mercado com preços mais reduzidos, liquidando ainda mais postos de trabalho.

Por incrível que pareça, uma legislação que protege e encarece o trabalho, tem levado ao aumento de desemprego nos países que adotam essas garantias, já que são provavelmente excluídos de muitos projetos de investimento. Ficou tão dispendioso contratar um trabalhador europeu, com a sua pilha de benefícios, que as grandes corporações européias estão transportando seus novos negócios para fora do

continente (30 mundo) e não há nada que os governos europeus possam fazer.

Hoje, para empresas que operam em escala mundial, a origem da tecnologia, da matéria prima e do trabalho não tem a menor importância, desde que seu custo seja baixo e sua qualidade alta. Assim obtêm não só maiores lucros, mas melhores condições para enfrentar as crises trabalhistas; sobretudo nos países do terceiro mundo, onde os governos locais se encarregam de reprimir os sindicatos, as organizações populares e suas manifestações. A vantagem econômica dos países industrializados tem aumentado também graças a redução da dependência de matérias primas de fonte única, gerada pelo maior dinamismo das relações comerciais.

Com isso, o aumento vertiginoso do desemprego pode gerar nos próximos anos uma crise social de proporções nunca vistas. Com a economia sendo cada vez mais internacionalizada, os conflitos também se generalizam. Só para se ter uma idéia, a Alemanha está com a taxa de desemprego mais alta desde a II Guerra Mundial (Antenor Nascimento Neto, 1996). O desemprego também atingiu 23% da população economicamente ativa na Espanha, e "... atinge agora os níveis mais elevados desde a grande depressão dos anos 30" de acordo com o especialista americano Jeremy Rifkin, no seu livro *O Fim do Emprego*. O mercado de trabalho deixa espaços cada vez maiores para o crescimento da economia informal, que vem se transformando na forma "moderna" de ajuste do mercado (moderna porque se produz em um contexto de modernização capitalista).

Outra conseqüência desastrosa da investida neoliberal e do conseqüente processo de globalização está no desaparecimento das fronteiras nacionais. Os governos não conseguem mais deter os movimentos do capital internacional. Essa hegemonia do capital financeiro internacional toma-se uma faca de dois gumes, na medida em que vem mascarar as reservas cambiais nacionais criando uma falsa ilusão de que são sólidas, quando na verdade o que se tem de fato é têm aumentado muito os seus índices de automação. A maior velocidade no processo de fabricação garante menores custos e, conseqüentemente, a possibilidade de colocar o produto no mercado com preços mais reduzidos, liquidando ainda mais postos de trabalho.

Por incrível que pareça, uma legislação que protege e encarece o trabalho, tem levado ao aumento de desemprego nos países que adotam essas garantias, já que são provavelmente excluídos de muitos projetos de investimento. Ficou tão dispendioso contratar um trabalhador europeu, com a sua pilha de benefícios, que as grandes corporações européias estão transportando seus novos negócios para fora do continente (30 mundo) e não há nada que os governos europeus possam fazer.

Hoje, para empresas que operam em escala mundial, a origem da tecnologia, da matéria prima e do trabalho não tem a menor importância, desde que seu custo seja baixo e sua qualidade alta. Assim obtêm não só maiores lucros, mas melhores condições para enfrentar as crises trabalhistas; sobretudo nos países do terceiro mundo, onde os governos locais se encarregam de reprimir os sindicatos, as organizações populares e suas manifestações. A vantagem econômica dos países industrializados tem aumentado também graças a redução da dependência de matérias primas de fonte única, gerada pelo maior dinamismo das relações comerciais.

Com isso, o aumento vertiginoso do desemprego pode gerar nos próximos anos uma crise social de proporções nunca vistas. Com a economia sendo cada vez mais internacionalizada, os conflitos também se generalizam. Só para se ter uma idéia, a Alemanha está com a taxa de desemprego mais alta desde a II Guerra

Mundial (Antenor Nascimento Neto, 1996). O desemprego também atingiu 23% da população economicamente ativa na Espanha, e "... atinge agora os níveis mais elevados desde a grande depressão dos anos 30" de acordo com o especialista americano Jeremy Rifkin, no seu livro *O Fim do Emprego*. O mercado de trabalho deixa espaços cada vez maiores para o crescimento da economia informal, que vem se transformando na forma "moderna" de ajuste do mercado (moderna porque se produz em um contexto de modernização capitalista).

Outra conseqüência desastrosa da investida neoliberal e do conseqüente processo de globalização está no desaparecimento das fronteiras nacionais. Os governos não conseguem mais deter os movimentos do capital internacional. Essa hegemonia do capital financeiro internacional toma-se uma faca de dois gumes, na medida em que vem mascarar as reservas cambiais nacionais criando uma falsa ilusão de que são sólidas, quando na verdade o que se tem de fato é dinheiro especulativo. As políticas neoliberais têm se apresentado como as mais capacitadas para atrair esse capital flutuante, de modo a financiar um "novo ciclo de desenvolvimento". O dinheiro volátil, gira pelos vários mercados financeiros mundiais, como o das bolsas de valores, do Câmbio ou dos juros. Essa situação tem levado ao reforço de atividades especulativas em detrimento de atividades produtivas, acentuando o caráter negativo do sistema capitalista. Como se não bastasse, apesar do capital volátil impulsionar negócios, ele só estaciona em países estáveis. Assim, transforma-se em um perigo para os países de economia fraca já que o controle da inflação não significa necessariamente a existência de uma economia forte. O próprio "desenvolvimento não se reduz a simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral" (Paulo VI. In: Populorum Progressio n.14 Editora Borges).

O exemplo mais marcante da perda do controle do movimento do capital externo foi o México que, no final de 94, quebrou quando o dinheiro volátil que lá estava fugiu.

É inegável também que a retração das estruturas do capitalismo de Estado, tem gerado privatizações que vêm desmontando instrumentos fundamentais de soberania dos países em desenvolvimento, reforçando e intensificando ainda mais a dominação imperialista sobre esses países que já eram dependentes. Estes, são literalmente chantageados, tornando-se reféns da necessidade de criar condições vantajosas para a atração do capital itinerante dos mercados globalizados.

Além de várias outras conseqüências terríveis que ainda não foram enumeradas, uma das piores é o agravamento das desigualdades sociais e a polarização entre ricos e pobres. Enquanto alguns países andam mais depressa, regiões inteiras ficam para trás acentuando ainda mais o processo de exclusão, fragmentação e segmentação social. A iniquidade social decorrente da má distribuição de rendas só tem agravado este quadro, concentrando a fortuna no bolso de uns poucos e deixando bilhões de pessoas na miséria.

A título de ilustração, a população dos países desenvolvidos diminuiu de 26,2% em 1980 para 24,2% em 1990. Enquanto isso, concentrou maior parcela da riqueza mundial, pois em 1980 detinha 77,3% do PNB (Produto Nacional Bruto) mundial e passou a ter 83,1% em 1990. Em 1962, 20% da população mundial mais rica concentrava 30 vezes mais renda do que 20% da população mais pobre. Já em 1994, 20% dos ricos concentravam 60 vezes mais do que os mesmos 20% da população mais pobre (Cadernos do Terceiro Mundo, n. 188, p. 4, ago. 1996). Ainda de acordo com um estudo recente realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas), cerca de um bilhão de seres humanos vivem em miséria absoluta, mais de um bilhão passa fome

e quase a mesma quantidade é analfabeta. O próprio BID, em dezembro de 1990, admitiu que "os governos impulsionaram grandes mudanças econômicas, mas uma vez mais as estruturas sociais permaneceram inalteradas e os programas de ajuste tenderam a agravar as desigualdades" (Cadernos do Terceiro Mundo, n. 188, p. 26, ago. 1995). Vê-se assim, que a estrutura econômica atual é incapaz de dar condições de vida para toda a população.

Em contrapartida, muitos países vêm se conscientizando desta realidade opressora, levando a gerar problemas nos processos de estabilização nas economias emergentes. As vitórias eleitorais dos ex-comunistas em países do Leste europeu e na Rússia, a greve contra a reforma previdenciária na França, a intensificação dos movimentos internacionais sindicais - como a FSM (Federação Sindical Mundial), CMT (Confederação Mundial do Trabalho) e CISL (Confederação Internacional de Sindicatos Livres), a greve geral de 36 horas que parou a Argentina no último dia 26 de setembro contra a recessão e a perda da legislação trabalhista; e mesmo a criação do Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon) no Brasil, representam uma série de sinais pontuais de que as sociedades começam a reagir politicamente contra o neoliberalismo e o desmonte social patrocinado por ele (Fontes: Jornal Nacional, 26 set. Rede Globo e Cadernos do Terceiro Mundo. n. 188, ago. 1995).

#### 4 - CONTEXTO NACIONAL

A inserção do Brasil nesta conjuntura econômica mundial, também ocorreu a partir da implantação das políticas neoliberais "sugeridas" por Instituições Financeiras Internacionais. Nota-se dessa forma, que o país não foge à regra do contexto mundial.

Foi mais precisamente com a posse do governo Collor, em 1990, que a ofensiva neoliberal efetivamente tomou corpo. Após o *impeachment* ela passou por um período de estagnação, mas foi retomada a todo vapor com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994.

É essencial observar de que maneira a economia brasileira vai se incluindo nesse contexto internacional, bem como analisar os objetivos da ideologia neoliberal propagada por FHC.

Já em seu discurso de posse o Presidente afirmou que "o grande desafio da presente situação brasileira é precisamente este: a inserção do Brasil no sistema produtivo internacional, para servir os interesses nacionais e populares" (Folha de São Paulo, 10/07/94). Só resta saber a quais "interesses nacionais e populares" ele se refere: se são os do Brasil ou das grandes potências que querem se aproveitar da situação. De qualquer forma, ele continua sua explicação sustentando ser necessário um "Estado reformado capaz de abrir-se eficazmente às pressões e aos interesses da população, especialmente da maioria de pobres que vive uma cidadania incompleta. "

Ai, criam-se novas promessas: privatizar, reformar o Estado, a Previdência Social como condições para que os mais pobres possam viver uma cidadania completa. Enquanto isso, a "massa" dos brasileiros recebe aposentadorias e pensões irrisórias depois de trabalhar 30 ou 35 anos, ao mesmo tempo em que os parlamentares privilegiados têm esses benefícios com, às vezes, apenas oito anos de mandato.

Para colocar em prática seus objetivos, a classe dominante vem

utilizando a mídia de uma forma indiscriminada, destruindo o que a população deveria possuir de melhor: seu senso crítico e sua dignidade. Na ideologia difundida por esta classe privilegiada, interesses particulares manifestam-se como se fossem de interesse geral, impedindo os grupos subalternos de visualizarem sua real situação e de exprimirem suas próprias aspirações. Fala-se do neoliberalismo e da globalização quase como se fossem acontecimentos "naturais", como se não tivessem sido decididos por mentes poderosas. De fato, um dos maiores êxitos do liberalismo contemporâneo neoliberalismo, consiste em haver ganho adeptos entre suas vítimas.

A TV (meio de comunicação e também de alienação, que utiliza a transmissão e recepção de imagens visuais) é inundada com o slogan de "Privatização Democrática - Apóie essa Idéia", tentando convencer a população do Brasil de que a solução das dificuldades será resolvida através de reformas e privatizações, o que não é verdade. Nada mais são do que uma forma de esconder os problemas estruturais do Estado.

Em seu programa de governo, "batizado" de "Mãos à Obra, Brasil", FHC prometeu acelerar as privatizações para abater a dívida pública, aumentar investimentos e ajudar na reforma do Estado. Com isso pretende-se modificar a Constituição, alterar leis e mudar hábitos para evitar o retorno da inflação descontrolada e estimular o crescimento da economia (ou pelo menos essa é a justificativa). Dessa forma, qualquer semelhança com as reformas neoliberais - receitadas pelos banqueiros internacionais - e a atual revisão constitucional brasileira, não é mera coincidência.

O governo atual vem propondo ao Congresso reformas de profunda mudança na estrutura social e política do país, as quais vão repercutir na vida de aproximadamente 157.827.834 brasileiros (estimativas oficiais da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - para 96). Assim, devido ao seu alcance, as reformas de emenda à Constituição, promulgada em 05 de outubro de 1988, deveriam ser submetidas a um plebiscito, precedido de um amplo debate pelos meios de comunicação, para que o povo decidisse, pelo voto, se deveriam ou não serem postas em vigor. Contudo, o Governo nem chegou a cogitar essa possibilidade, em uma nítida atitude autoritária, apesar da oposição por meio de protestos e reivindicações populares.

Convém esclarecer que o Direito, como fenômeno social, não pode ficar indiferente às transformações que ocorrem dentro da sociedade. Também é salutar o controle da inflação e o crescimento da economia. É óbvia a necessidade de reformas, já que o estatismo brasileiro produziu burocratismo, corporativismo, rendas monopólicas privadas a partir de decisões públicas, ineficiência e estrangulamento da democracia. Hodiernamente também é verdade que não se justifica mais a presença do Estado em vários setores da economia onde o dinheiro público é gasto em obras e empresas estatais não prioritárias, mal dimensionadas ou desnecessárias, transformando-se num cabide de empregos, numa fonte de votos para os políticos e de poder para os burocratas. O Senado é um bom exemplo dessa falta de desprendimento de parentes e correligionários políticos, onde no ano de 1989, apenas 4% dos funcionários eram concursados, além do fato de que seis em cada dez eram parentes de senadores e ex-senadores (Casas de Escândalos, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p.10, 22 fev. 1989). Isto para não se falar da tendência a favorecer as zonas urbanas em detrimento das áreas rurais, da falta de capacitação governamental, da crescente corrupção e das estruturas verticais. A má administração pública só vem agravar este quadro com o "socorro" de bilhões de reais à bancos e empresas falidas; gastos desnecessários com sedes luxuosas, compra e aluguel de imóveis, decoração de gabinetes, etc; subsídios indevidos a setores da economia ou a grupos privilegiados de funcionários; além de mordomias (despesas

particulares) pagas com dinheiro dos cofres públicos. A primeira impressão é a de que em matéria de moralidade pública, tudo está por fazer. O que se pode esperar de um país onde o sistema é duro, cruel e intransigente?

Todavia, o Estado não pode sucumbir como principal agente da instituição e da garantia da ordem normativa e jurídica da sociedade. Ele deve reforçar, sob novas formas e alternativas, as suas funções básicas de promotor do bem-estar social e da sociedade de equilíbrio, com políticas positivas de garantia dos trabalhadores e dos direitos humanos. O Direito, como harmonizador das relações sociais intersubjetivas, também deve procurar se ajustar às mudanças e às novas realidades, sem deixar de ter como aspiração uma sociedade melhor e mais justa. Tanto o Estado como o Direito são ferramentas desta para que seja constituída de indivíduos felizes.

Entretanto, para "salvar" o capitalismo, o neoliberalismo parece estar disposto a sacrificar os direitos sociais conquistados a duras penas pela população. De uma garantia de liberdade e proteção, a lei parece estar se transformando em uma "camisa de força" para o indivíduo. Além de legítima, a lei precisa ser justa. De fato, nem tudo o Que é legal é justo.

Compete principalmente a nós - cientistas, professores, advogados, procuradores, magistrados, estudantes; assim como tantos outros profissionais do Direito - impedirmos que o Estado e a própria instância jurídica, tomem-se instrumentos ao serviço do desenvolvimento, do crescimento e da expansão, em lugar de estarem ao serviço da ordem e da segurança. Não constituímos meros expectadores de uma realidade jurídica exterior. Ao contrário, participamos ativamente do processo de construção da ordem jurídica, através de esforços incessantes na investigação, na interpretação e na aplicação do direito nos casos concretos (enquadramento de um fato na previsão de determinada norma). O operador jurídico nunca deve esquecer de sua responsabilidade para com a sociedade, a qual deposita sua confiança naquele como mantenedor primordial do Estado Democrático de Direito ao qual todos nós pertencemos.

Estamos diante de uma contradição. Convivemos com uma moeda dita mais "valorizada" que o dólar, mas o salário não dá para atender as necessidades de subsistência da maioria da população brasileira. A Constituição Brasileira, determina em seu artigo 7º, inciso IV, que o salário mínimo para o trabalhador deve ser "*capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social*"... dentre outros enumerados. No entanto, de acordo com a medida provisória nº 1.463-3 de 26/07/96, o salário mínimo atual corresponde exatamente R\$ 112,00. Em outras palavras, seu valor diário corresponde a R\$ 3,73; ou se você preferir, a R\$ 0,15 a hora.

O Brasil, e principalmente o povo, vêm sendo sacrificados para manter sua economia estável. Enquanto o país é a décima economia mundial (seu PIB é o décimo entre os maiores do planeta), passa para a 63ª posição quando se trata de qualidade de vida de seus habitantes. De acordo com Gilberto Paim, professor de Economia da Universidade Estácio de Sá, a renda per capita dos brasileiros, embora bem maior que há 25 anos, ainda é relativamente baixa, US\$ 3.200,00 por ano. Só para se ter uma idéia, os 20 maiores latifundiários do Brasil, detêm 17 milhões de hectares, o que corresponde a aproximadamente 45% das terras. Só aqui no Rio Grande do Norte, por volta de 100 mil famílias de trabalhadores rurais ainda não têm terra para cultivar, enfrentando uma situação de penúria e retaliações por parte da Polícia Militar (O FÓRUM, n. 2, dez. 1995). Infelizmente o campo continua a produzir sangue e a terra a

gerar massacres.

Enquanto isso, FHC insiste em afirmar que "... o grande desafio do Brasil neste final de século: justiça social... Este será o objetivo do meu governo" (será?).

Com esse discurso demagógico o presidente continua a impor sua política neoliberal - ao tentar acabar com os monopólios, ao fazer concessões de serviços públicos, a agilizar as privatizações e reformas, etc - procurando atender a interesses externos, em nome da famosa "justiça social". As "portas" do país já estão abertas aos banqueiros de qualquer parte do mundo desde agosto de 1995, podendo comprar bancos privados, participar dos que já existem e abrir filiais ou agências no Brasil. Essa abertura do sistema financeiro só aconteceu porque o governo viu nela uma grande possibilidade de se livrar de problemas com bancos falidos, o que vinha arranhando muito a sua imagem. Com essa medida, o governo procurou ser "simpático" e ao mesmo tempo se livrar de problemas (Revista Veja, p. 99, 30 ago. 1995).

Outra Conseqüência desse modelo privatizador entrevista é o esfacelamento de Indústrias Nacionais e Estatais. Que vão sucumbindo aos poucos passando para o controle da iniciativa privada internacional. abrindo novas fontes de acumulação para os grandes grupos monopolistas privados. Com esse objetivo, o ministro das finanças do Reino Unido, Kenneth Clarke, veio ao Brasil no final do ano passado a fim de prospectar possibilidades de negócios para empresas britânicas na América do Sul, em especial no que diz respeito à privatização de serviços públicos. Essa "privatização do Estado" só vem aumentando a submissão do povo brasileiro cada vez mais aos interesses da classe social Que se encontra no topo. Lamentavelmente, uma legislação antipatriótica também tem permitido que grupos econômicos estrangeiros dominem em proveito próprio grande parte das riquezas naturais do Brasil. Para se ter uma noção desta desnacionalização das reservas minerais brasileiras, basta verificar as concessões de lavras (licenças para mineração) já concedidas. Ao contrário da tendência atual, deveríamos procurar dar cada vez mais prestígio força e autoridade para as empresas genuinamente brasileiras que realmente lutam pelo Brasil, e não pelo enriquecimento da fortuna dos estrangeiros.

Devemos considerar que a situação econômica é delicada, que a pobreza continua a se alastrar e que o ideal de melhoria social está cada vez mais longe; afinal de contas, "miséria e democracia não coexistem" (Herbert de Souza, o "Betinho").

Essas só são algumas conseqüências negativas. Infelizmente, ainda existem outras que vêm se somar a essas e aumentar este quadro caótico que se intensifica no Brasil.

O povo brasileiro precisa urgentemente se conscientizar dessa realidade camuflada que continua atendendo a interesses variados que só visam a exploração do país. Não podemos continuar aceitando o absurdo como coisa normal.

Será que "Para tomar consciência da necessidade de mudanças é também necessário ser sacudido pelos fatos. pelo encontro com a injustiça. pelos pobres em desespero"? (Pierre Imberdis e Xavier Perrim). Já é hora de assumir nosso destino por nossa conta, procurando desvendar o jogo de interesses que se esconde por trás dos discursos ideológicos propagados pelos detentores do poder econômico-político.

É preciso uma tomada de atitude que leve a pensar quem é que está se beneficiando mais com a reforma do Estado, antes que esse processo devastador privatize o país por completo, a ponto de não sobrar nada genuinamente brasileiro a não

ser o nome; **BRASIL**.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS E SOLUÇÕES

De todo o exposto, pode-se concluir que a ofensiva neoliberal tem direcionado o Brasil a um processo de "ilusão", onde o povo é levado a acreditar que a solução para as iniquidades está nas reformas. É imprescindível entretanto, perquirir as reais importâncias dessas reformas, e ter cautela para que destas modificações não decorram prejuízos irreparáveis para os cidadãos, acabando com o pouco que resta do país.

A estabilização da moeda e o controle da inflação têm sido mais importantes do que políticas de criação de empregos, melhorias na saúde, educação, habitação, etc. O neoliberalismo tem trazido a primeiro plano a palavra eficiência, e relegado a plano inferior a palavra equidade. Não devemos e não podemos nos enganar. Nos países subdesenvolvidos como o Brasil, os problemas de desenvolvimento não são somente econômicos: são ainda e sobretudo humanos. É necessário que os governos se empenhem a fundo para que ao desenvolvimento econômico corresponda o progresso social.

Tudo não passa de uma nova ideologia que visa recriar velhas formas de acumulação e apropriação de capital, utilizadas no século XVIII, e que hoje são denominadas de neoliberalismo. Este, transformou-se em máscara por detrás da qual os interesses econômicos dominantes tiram proveito do poder político, fazendo com que os países mais desenvolvidos aumentem seu domínio, permitindo seu fortalecimento no cenário mundial.

Vale salientar que o Brasil não deve se fechar completamente num "ostracismo econômico-financeiro", a par do resto do mundo, o que fatalmente o levaria a um entrave e a um retrocesso no desenvolvimento tecnológico, agravando-se o atraso econômico, aumentando as dificuldades nos planos de emprego e de competitividade no mercado internacional. Nesse sentido, Luís Roberto Martins, presidente da EDS consultoria de São Paulo diz que "a indústria envelhece, fica incapaz de produzir coisas melhores e baratas, a inflação sobe e a capacidade de criar empregos cai" (Antenor Nascimento Neto. A Roda Global. Veja. Rio de Janeiro, 3 ab. 96).

Contudo, essa abertura de mercado deve se dar de forma gradativa. Antes o governo deve procurar fortalecer o mercado interno, acabar com a cartelização e com o monopólio de vários setores da economia (evitando uma concorrência imperfeita, onde o ofertante tem capacidade para influir ou controlar o preço), etc; e só então o país estará apto a se inserir no contexto mundial com as mesmas chances. É preciso uma globalização (não me refiro àquela da TV) sem exclusão. Em seu artigo 219, a própria Carta Magna preza que o mercado interno "será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócioeconômico, o bem estar da população e a autonomia tecnológica do País" .... Contudo o concreto é muitas vezes o inverso daquilo que as idéias dominantes manifestam.

Você já parou para pensar se no último dia 7 de setembro comemoramos 147 anos de independência ou, por outro lado, foram mais 147 anos de subordinação, domínio, exploração, interferência, sujeição e manipulação?

Cabe à todos nós, e principalmente à população mais esclarecida, o dever de defender os interesses nacionais e sociais que vêm sendo usurpados, como também conscientizar o resto da população. Devemos reagir contra o simples desmantelamento do Estado, propondo reformas modernizadoras que aumentem a

eficiência e que resgatem sua função de promotor da justiça social. Quero nossa nação soberana, independente, autônoma, livre de qualquer laço ou compromisso opressor, senhora de suas próprias ações; um Brasil "belo, ... forte, impávido colosso". (Joaquim Osório Duque Estrada).

Para isso o Estado não deve retirar-se totalmente da economia, procurando utilizar políticas econômicas eficazes para que a classe mais rica possa estender os benefícios da saúde, da educação e da previdência pública aos excluídos, sem que o próprio Estado se tome um peso demasiado para a sociedade, possibilitando assim o acesso do povo à cidadania.

Partindo desse pressuposto, justifica-se a intervenção do Estado de uma forma complementar, assumindo funções corretivas (para o controle de distorções e desequilíbrios do mercado), supletivas (para ocupar espaços não preenchidos pela iniciativa empresarial privada, por omissão ou incapacidade) e coordenativas (para balizar a ação econômica da sociedade). Também é importante a coexistência da propriedade privada e estatal dos meios de produção, procurando conciliar o interesse público com o interesse privado. Contudo, a iniciativa empresarial deve ser mantida sob vigilância do Estado, que tem por escopo preservar o bem comum. Assim, a adoção de uma espécie de intervencionismo moderado é salutar, um meio termo entre a liberdade econômica absoluta e o total controle do Estado sobre a economia, sendo sempre este fiscalizado pela nação.

Nação esta que tem obrigação de contribuir, não apenas com denúncias. Ser cidadão não é acomodação. É participação. A cidadania tem que ser permanente; a nós cabe fiscalizar, agir, pressionar, cobrar - a cada momento e sempre.

O desejo do povo deve ser conjugado ao enorme potencial econômico do país, só assim os maiores problemas poderão ser ultrapassados. É um desafio a longo prazo, afinal de contas são quase 500 anos de exploração, mas que é possível se unirmos nossas forças, "Por que esperar se podemos começar tudo de *novo*/ Agora *mesmo*/ A humanidade é desumana/ Mas ainda temos chance/ O sol nasce para todos/ Só não sabe quem não quer". (Dado Villa-Lobos/ Renato Russo/ Marcelo Bonfá)

Temos que ter propostas políticas próprias para grandes temas nacionais no campo social, como por exemplo a educação e a reforma agrária que estão tão em evidência hoje em dia.

Quando não fornecemos ao indivíduo a condição de construir a si mesmo ("*constructor sur*"), não podemos esperar que se construa sadiamente. Em contrapartida, um povo educado toma-se mais esclarecido e informado da sua real situação, fazendo com que deixe sua apatia de lado e se organize para exigir seus direitos. Quanto mais desenvolve sua educação, quanto mais assimila e analisa conhecimentos e experiências, mais reflete o indivíduo sobre o processo em que está imerso, tomando-se mais politizado (questionador) e mais reflexivo (autoquestionador).

O governo contudo, não tem interesse em proporcionar uma educação de qualidade. O Brasil tem hoje, a terceira maior taxa de evasão escolar do mundo, atrás somente do Haiti e Guiné-Bissau, causada em grande parte pela necessidade dos menores reforçarem o orçamento familiar (são cerca de sete milhões e meio de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos). O número de analfabetos ultrapassa atualmente os 17 milhões, ou seja, mais de 16% da população acima de 14 anos. Estima-se que no ano 2000 esse número poderá chegar aos 23 milhões, representando uma população que, supõe-se, será em torno dos 180 milhões (Brasil, o livro dos 500 anos. p. 112, São Paulo, 1996). Assim, uma grande parcela não tem acesso à educação, constituindo apenas mão-de-obra barata, massa de manobra política e da mídia. Esta triste realidade

não é novidade, apesar da educação receber na Constituição atual um tratamento bem mais detalhado que nas anteriores.

Dentre os princípios que tratam do tema, podem-se destacar a gratuidade do ensino público, a valorização dos profissionais do ensino e a garantia do padrão de qualidade (art. 206, incisos IV, V e VII respectivamente). Contudo, por que será que o ensino privado se prolifera, os professores da rede pública são mal remunerados, e os alunos reclamam das condições educacionais?

Vê-se o caso das Universidades por exemplo: a Universidade Privada está sendo "comprada" por parte da sociedade que não consegue vaga ou teme a competição para o ingresso na Universidade Pública, como a solução para o ensino superior, quando sabe-se que 80% de todos os estudantes universitários brasileiros entram na rede privada, porém 60% de todos os formados saem é da rede pública. Das 873 entidades existentes no ensino de 3º grau, apenas 25% são públicas (op.cit.p.). O mais grave ao se pretender tirar do Estado a responsabilidade pela Universidade Pública é que além da maioria não poder pagar a escola privada, o fato da Universidade não precisar se submeter a um mercado periférico, ajuda a garantir a independência do próprio país, constituindo uma frente fundamental ao desenvolvimento.

A reforma agrária também vem responder ao interesse pátrio, do Brasil e de toda a sociedade, uma vez que sua efetivação representa avanço econômico e social. Só a pequena propriedade familiar, atende a 75% do consumo nacional. Todavia, não basta dar terras. Da mesma forma, é preciso um apoio governamental dando condição para sua concretização. O país deve fortalecer suas administrações, estimular as empresas de base e os pequenos agricultores para garantir um desenvolvimento de baixo para cima e aprofundar as instituições democráticas.

Essas, só foram algumas condições enumeradas, para se reverter esse quadro de abandono em que se encontra a maioria da população, que é quem sofre as piores conseqüências desse descaso. Infelizmente, são comuns entre nós as leis que ficam apenas no papel, enquanto o mundo real segue outras normas.

Só a partir da exigência de seus direitos, é que o povo estará apto a readquirir sua cidadania, já que como disse Renato de Oliveira, candidato a presidência da ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), "direitos não defendidos, são direitos perdidos".

Destarte, justifica-se a mensagem deixada pela Declaração Final da IX Conferência Continental Americana de Juristas, realizada em Porto Alegre no ano de 1991: "O neoliberalismo busca destruir os fundamentos do trabalho. A crise provocada pelas classes dominantes não pode servir de argumento para chantagem internacional, com a conseqüente agudização das desigualdades sociais e a perda pelos trabalhadores de suas conquistas através da preterida flexibilização das normas laborais".

Apesar das previsões pessimistas, ainda não é tarde demais: "Não existe um mundo pronto e acabado, no qual o homem seja uma criatura passiva. Existe o mundo que o homem faz, em que ele está e transforma. Mesmo aquele que nada faz para mudar está fazendo o mundo ... um mundo irremediável".

Só resta esperar, que nós brasileiros reflitamos a respeito da ofensiva neoliberal em que estamos nos inserindo, pesando bem os prós e os contras, a fim de evitar que o país seja levado a um caminho de conseqüências nefastas. Se queremos amenizar as injustiças, melhorar os serviços públicos, dar melhores perspectivas ao

Brasil objetivando um desenvolvimento auto sustentado; já é hora de acordar esse "Gigante pela própria natureza (...) Deitado eternamente em berço esplêndido" (trechos do Hino Nacional Brasileiro), procurando analisar a gravidade dos problemas sociais e das verdadeiras causas de cada um, unindo nossas forças como resultado de uma vontade nacional, agindo principalmente, e antes de tudo, como cidadãos conscientes.

Aí, quem sabe um dia o preâmbulo da Constituição Federal se tome realidade, quando todos nós vivermos em "... um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a Igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social...".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRE, Raymond. Manual de economia política. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1957.v. 1.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. v. 21, n.188. Rio de Janeiro, Ed. Terceiro mundo, ago. 1995.

CANO, Wilson. Brasil: crise e alternativas ao neoliberalismo. O Poti. Natal, 20 ago. de 1995.

CARDOSO, Otomar Lopes. A diplomacia do subdesenvolvimento. Natal: UFRN,1979.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA. Rio de Janeiro: Bloch, 1988.

DUARTE, Gleuso Damasceno; ANDRADE, Durval Ângelo. Novo Brasil. agora! 3. ed. Belo Horizonte: Lê, 1992.

FERNANDES, Luís. Os fundamentos da ofensiva neoliberal . Conferência Nacional do PC do B, 8. (texto fotocopiado).

GENOINO, José. O neoliberalismo na contra prova. Folha de São Paulo. São Paulo, 2 jan. 1996.

KANTZ, Ayrton. Jornal da Chapa 3 (s.n.t.).

LIMA, Leonardo P. Dicionário enciclopédico comercial. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, s.d.

MIAILLE, Michel. Introdução crítica ao direito. Lisboa: Estampa, 1994.

NASCIMENTO NETO, Antenor. A roda global. Veia. Rio de Janeiro, 3 ab. 1996.

NEVES, Marcelo. Encontro Regional dos Estudantes de Direito - ERED, 13, Campina Grande, 1996 (palestra proferida - professor da UFPE).

O FÓRUM. Órgão Informativo do Fórum dos Servidores Públicos, v.1, n. 2, dez 1995.

PATÚ, Gustavo; DIAS, Otávio. Folha de São Paulo, 30 dez. 1995.  
REVISTA DO MERCOSUL. Rio de Janeiro: Ed. Terceiro Mundo, n.31, ago. de 1995.

REVISTA JURÍDICA IN VERBIS. v.2, n.3. Natal: Ed. Nordeste, 1996.

REVISTA VEJA. 11 de janeiro de 1995.  
\_\_\_\_\_. Terreno livre - país se abre aos bancos estrangeiros. 30 de agosto de 1995.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O furacão neoliberal. Folha de São Paulo. São Paulo, 4 set. 1995.

RODRIGUES NETO, João; TEIXEIRA, Rosenez de C. Neoliberalismo para o terceiro mundo. O Poti. Natal, 23 jul. 1995.

\_\_\_\_\_. Desindexação: as duas faces do plano real. O Poti. Natal, 23 jul. 1995.

\_\_\_\_\_. Plano real: por quem os sinos dobram. Gazeta do Oeste. 4 set. 1994.

\_\_\_\_\_. A conjuntura econômica e o mercado de trabalho. Diário de Natal. 7 jun. 1996.

VICENTINO, Cláudio; SCALZARETTO, Reinaldo. Nova ordem internacional.